

CAPÍTULO 1

MULHERES SURDAS NA PESQUISA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PROTAGONISMO ACADÊMICO

 <https://doi.org/10.68044/9wa0ka80>

Francielle Cantarelli Martins ¹

*Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Docente da Universidade Federal de Pelotas.*



Sylvia Lia Grespan Neves ²

Doutora em Linguística pela USP. Coordenadora do Lisco e do CesLibras, atua nas áreas de Libras, educação de surdos, políticas educacionais e ensino de línguas. Docente da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).



Amanda Caroline Furtado Freitas ³

Doutoranda e mestra em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, Docente de Libras na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.



Gisele Maciel Monteiro Rangel ⁴

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas Docente aposentada.



Luciane Cruz Silveira ⁵

*Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Docente de Libras do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DESU/INES).*



Giovana Cristina de Campos Bezerra ⁶

Doutoranda em Estudos linguísticos e estudos literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA).



RESUMO: Este artigo analisa a presença e o protagonismo de mulheres surdas na pesquisa, articulando história, memória, identidade, formação acadêmica e produção de conhecimento. O estudo, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamenta-se em pesquisas sobre trajetórias de mulheres surdas, participação no movimento surdo, ingresso no ensino superior, atuação docente, ciência, narrativas autobiográficas e interseccionalidades de gênero, raça, etnia e surdez. Os trabalhos examinados evidenciam que mulheres surdas historicamente enfrentaram barreiras linguísticas, audismo, sexismo, invisibilização e restrições de acesso aos espaços acadêmicos. Ao mesmo tempo, revelam percursos de resistência e pioneirismo protagonizados por professoras, pesquisadoras, escritoras e lideranças surdas. A memória dessas trajetórias contribui para reconhecer mulheres surdas como produtoras de saberes e não apenas como objetos de investigação. Conclui-se que ampliar sua visibilidade acadêmica exige acessibilidade linguística, valorização da Libras, registro de suas histórias e fortalecimento de sua participação na ciência e na universidade contemporânea brasileira de forma efetiva hoje.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Memória; Protagonismo acadêmico; Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres surdas na educação, na universidade, na pesquisa e na produção científica constitui uma temática que articula diferentes dimensões históricas e sociais. Pensar essas trajetórias implica ultrapassar perspectivas que durante longos períodos compreenderam as pessoas surdas prioritariamente a partir da deficiência, da ausência da audição e da necessidade de adaptação aos padrões majoritariamente ouvintes. Implica, igualmente, considerar que as experiências das mulheres surdas não podem ser explicadas apenas pela surdez, uma vez que são atravessadas por relações de gênero, língua, raça, etnia, classe, território, formação e participação social.

A produção acadêmica contemporânea tem contribuído para deslocar esse olhar ao reconhecer as pessoas surdas como sujeitos históricos, linguísticos e culturais e, sobretudo, como produtoras de conhecimentos. Fernandes (2024), ao discutir a presença da surdez no ensino de História e na produção historiográfica, problematiza justamente o lugar destinado às pessoas surdas na formação de professores e pesquisadores e na produção do conhecimento histórico. A questão revela que não basta escrever sobre sujeitos surdos: é necessário interrogar quem escreve, quais experiências são reconhecidas como conhecimento e quais vozes conseguem ocupar efetivamente os espaços acadêmicos.

Quando essa discussão se dirige especificamente às mulheres surdas, outras camadas de invisibilidade tornam-se evidentes. Silveira e Baalbaki (2024) afirmam que as desigualdades já presentes entre homens e mulheres na produção científica tornam-se ainda mais expressivas quando se observa a situação das mulheres surdas. As autoras propõem, por isso, dar visibilidade às pesquisadoras surdas, recuperando trajetórias que demonstram sua efetiva participação na construção da ciência brasileira. O levantamento apresentado pelas pesquisadoras identifica dezenas de mulheres surdas com doutorado no Brasil e chama atenção para o fato de que muitas delas se concentram, sobretudo, nos campos da Educação e da Linguística.

A invisibilidade acadêmica não significa, portanto, inexistência. Ao contrário, parte significativa do problema reside no fato de que trajetórias, pesquisas, movimentos e conquistas de mulheres surdas nem sempre foram registrados, divulgados e

incorporados à memória institucional da universidade e da própria comunidade científica. Essa constatação torna a memória uma categoria fundamental para a compreensão do protagonismo acadêmico. Conhecer os percursos de mulheres surdas que ingressaram na graduação e na pós-graduação, tornaram-se professoras universitárias, pesquisadoras, escritoras, orientadoras e lideranças permite reconstruir uma história que frequentemente permaneceu fragmentada.

Caldas (2021), ao narrar acontecimentos relacionados ao movimento surdo brasileiro, utiliza memórias, fotografias e depoimentos para recuperar um importante período de mobilização da comunidade surda em torno do reconhecimento da Libras e da educação bilíngue. A narrativa demonstra que memória individual, memória coletiva e luta política se encontram profundamente relacionadas. A autora apresenta acontecimentos de 1999 como marcos de uma mobilização que fortaleceu a cidadania surda e contribuiu para transformações posteriores na educação e nas políticas linguísticas.

Desse modo, estudar mulheres surdas na pesquisa exige compreender a relação entre história e memória. Se determinados nomes, trajetórias e produções não são registrados, corre-se o risco de reproduzir a percepção equivocada de que as mulheres surdas não participaram ou participaram de maneira secundária da constituição dos Estudos Surdos, da educação bilíngue, das pesquisas sobre Libras e de outros campos científicos. Rangel (2024) demonstra que a recuperação de mulheres consideradas pioneiras e protagonistas da

comunidade surda não possui apenas função comemorativa: ela produz referências para as novas gerações, rompe estereótipos e amplia as possibilidades de reconhecimento feminino dentro da própria história surda. Em sua investigação, a autora recebeu 184 comentários em uma pesquisa realizada em rede social, nos quais foram mencionados 34 nomes de mulheres surdas reconhecidas como heroínas por sua atuação e representatividade.

Além do apagamento histórico, mulheres surdas enfrentam obstáculos que interferem diretamente no ingresso, permanência e desenvolvimento da carreira acadêmica. Entre eles encontram-se barreiras linguísticas, falta ou insuficiência de serviços de tradução e interpretação, imposição do português em situações nas quais a Libras deveria possuir reconhecimento, práticas audistas, discriminações de gênero e dificuldades de participação em ambientes universitários. Perlin e Jung (2024) observam que ainda é reduzido o número de mulheres surdas atuando em algumas universidades como docentes e pesquisadoras e destacam a presença de estudantes surdas em cursos de graduação e pós-graduação que continuam enfrentando desigualdades relacionadas à língua, ao gênero e às estruturas institucionais.

Lima (2023), ao analisar a experiência de uma acadêmica surda matriculada em uma universidade pública federal, evidencia a intersecção entre gênero e audismo. A pesquisa mostra que a formação universitária pode ser atravessada por práticas que tomam a audição e comportamentos ouvintes como referências de normalidade e sucesso.

Entretanto, a valorização da Libras aparece também como forma de resistência e afirmação da subjetividade da estudante.

A universidade, portanto, apresenta uma condição contraditória. Pode reproduzir estruturas excludentes e linguísticas que dificultam o desenvolvimento das mulheres surdas, mas também pode tornar-se espaço de formação, transformação, reconhecimento identitário e produção de saberes. Silva e Galizia (2025), ao investigarem desafios enfrentados pela comunidade surda no ensino superior, apontam que ingresso não equivale automaticamente à inclusão. Permanecer e desenvolver-se academicamente depende de condições efetivas de acessibilidade e da possibilidade de participação plena na vida universitária.

Essa questão torna-se ainda mais relevante diante da diversidade existente entre as próprias mulheres surdas. Não há uma experiência feminina surda universal. Mulheres negras surdas, indígenas surdas, mulheres provenientes de diferentes contextos regionais e aquelas com diferentes experiências de aquisição linguística vivenciam formas específicas de participação, exclusão e resistência. Por essa razão, a análise do protagonismo acadêmico precisa reconhecer a interseccionalidade e evitar representações homogêneas.

Diante dessas questões, este artigo tem como objetivo analisar como história, memória e produção acadêmica contribuem para a constituição e a visibilidade do protagonismo de mulheres surdas na pesquisa, considerando suas trajetórias na educação superior, na docência, na ciência, nos movimentos sociais e na produção de

conhecimentos. Busca-se, especificamente, discutir a importância do registro da memória feminina surda; compreender as relações entre identidade, língua, gênero e interseccionalidade; analisar a presença de mulheres surdas no ensino superior e na pesquisa; e refletir sobre o protagonismo acadêmico como possibilidade de deslocamento da condição de objeto de estudo para a posição de pesquisadora e autora do conhecimento.

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O corpus foi constituído pelas produções acadêmicas selecionadas para este trabalho, contemplando estudos publicados em periódicos como Revista Espaço, Revista Sinalizar, SCIAS Língua de Sinais, Arqueiro, Educação e Pesquisa, Revista de Educação PUC-Campinas, Plurais, Práxis Educativa, Cadernos de Tradução e História, Ciências, Saúde – Manguinhos. A análise foi organizada em quatro eixos articulados: história e memória das mulheres surdas; identidades e interseccionalidades; ensino superior, ciência e pesquisa; e protagonismo acadêmico e produção de conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

História, memória e narrativas de mulheres surdas

A história das comunidades surdas não se constrói exclusivamente por documentos institucionais. Fotografias, autobiografias, relatos sinalizados, produções literárias, pesquisas acadêmicas, registros dos movimentos sociais e narrativas de

lideranças constituem importantes fontes para compreender experiências que nem sempre foram incorporadas às versões hegemônicas da história. Esse aspecto é particularmente importante quando se trata das mulheres surdas, cuja participação pode sofrer simultaneamente com a invisibilização histórica das pessoas surdas e com os apagamentos relacionados ao gênero.

Caldas (2021) demonstra a força da memória ao reconstruir acontecimentos do movimento surdo no Rio Grande do Sul relacionados à mobilização ocorrida em 1999. A autora registra a organização comunitária, a produção do documento *A educação que nós surdos queremos* e a realização de uma passeata que reuniu mais de mil pessoas em Porto Alegre. O acontecimento contribuiu para colocar as demandas da comunidade surda na agenda política e tornou-se parte da trajetória de lutas que antecedeu importantes conquistas linguísticas e educacionais.

Ao recuperar essa história pela perspectiva de uma liderança surda diretamente envolvida no processo, Caldas (2021) altera também a posição tradicional de quem narra a história. A pessoa surda deixa de aparecer somente como destinatária de políticas, atendimento especializado ou decisões institucionais e torna-se narradora das próprias lutas. Tal deslocamento é essencial para compreender o protagonismo: registrar a história significa também disputar quem possui legitimidade para explicar os acontecimentos e selecionar aquilo que deve permanecer na memória.

O processo de recuperação das memórias pode ser relacionado à discussão de Rangel (2024) sobre heroísmo feminino surdo. Para a

autora, memória, história registrada e narrativas são fundamentais para a constituição de figuras reconhecidas pela comunidade. Caso as histórias sejam contadas apenas a partir dos grupos dominantes, existe o risco de que apareçam prioritariamente personagens ouvintes, enquanto os feitos de pessoas surdas permanecem secundarizados. Ao investigar pioneirismo e protagonismo, Rangel procura justamente ampliar o conjunto de mulheres reconhecidas por sua atuação na comunidade surda.

Nesse sentido, protagonismo e memória são indissociáveis. Uma trajetória pode ser socialmente relevante, mas se permanecer sem registro, sua potência como referência para gerações posteriores torna-se limitada. A valorização histórica de professoras, pesquisadoras, escritoras e ativistas surdas contribui para que meninas e jovens surdas encontrem referências de possibilidades profissionais, acadêmicas e políticas. Rangel (2024) argumenta que o reconhecimento de outras histórias femininas evidencia a presença das mulheres em espaços sociais e políticos e fortalece o entendimento de que elas participaram ativamente da construção das lutas da comunidade surda.

As autobiografias também possuem papel importante nesse movimento. Araújo e Ramos (2020) analisam as obras autobiográficas de Emmanuelle Laborit e Shirley Vilhalva e demonstram que a escrita de si ultrapassa a dimensão estritamente individual. Quando uma autora pertence a um grupo cultural e articula suas experiências a processos históricos compartilhados, a narrativa pessoal adquire um valor coletivo. As memórias subjetivas passam a dialogar com a

memória da comunidade, constituindo registros de experiências linguísticas, escolares, familiares e culturais.

As narrativas analisadas por Araújo e Ramos (2020) revelam também a centralidade das línguas de sinais para a construção identitária. Tanto Laborit quanto Vilhalva relatam experiências de dificuldades comunicativas em contextos marcados por perspectivas oralistas. Posteriormente, o encontro com uma língua de sinais produz transformações significativas na compreensão de si, do mundo e da pertença a uma coletividade. Essas autobiografias, portanto, não são apenas descrições de trajetórias pessoais, mas documentos culturais que registram processos históricos de silenciamento e resistência.

No caso de Shirley Vilhalva, a experiência narrada evidencia ainda a passagem para a docência e para a atuação universitária. Araújo e Ramos (2020) observam que as dificuldades comunicacionais experimentadas pela autora contribuíram para seu desejo de tornar-se professora de pessoas surdas, profissão que posteriormente alcançou também no ensino superior. A narrativa pessoal, nesse caso, conecta memória, formação profissional e protagonismo acadêmico.

Müller e Karnopp (2015), ao investigarem narrativas de autoria surda, reforçam a importância de produções que permitam aos sujeitos surdos narrar experiências e constituir discursivamente suas diferenças. As autoras destacam que obras de autoria surda podem legitimar discursos produzidos pelos próprios sujeitos e ampliar a visibilidade cultural da comunidade. A narrativa torna-se, assim, um

espaço de produção de significados sobre identidade, história e cultura.

Também no campo da literatura, Silva e Penha (2021) consideram que a crescente escrita de autoria surda favorece a visibilidade de pessoas surdas como sujeitos ativos e participativos no espaço social e cultural. A literatura pode tematizar experiências, sentimentos, lutas e identidades, produzindo representações que contrapõem imagens historicamente baseadas na incapacidade.

A relação entre memória e pesquisa torna-se particularmente importante porque aquilo que não é documentado pode ser interpretado como inexistente. Essa questão aparece de forma marcante na investigação de Vilhalva (2024) sobre mulheres indígenas surdas. A autora relata que, ao realizar buscas pela expressão “mulheres indígenas surdas” em BDTD, SciELO e Google Acadêmico, não encontrou resultados. O vazio documental não significa ausência dessas mulheres; revela, ao contrário, a ausência de registros e pesquisas capazes de tornar suas experiências visíveis no campo acadêmico.

Essa constatação evidencia uma tarefa científica e política: produzir registros com e pelas próprias mulheres surdas. Vilhalva (2024) defende o uso de entrevistas, relatos pessoais, pesquisas históricas e registros em línguas de sinais para conhecer experiências que permanecem pouco documentadas. A história oral e sinalizada pode preservar conhecimentos, memórias e experiências transmitidas entre gerações e contribuir para que as mulheres indígenas surdas

sejam reconhecidas como parte constitutiva da história das comunidades surdas e indígenas.

História e memória, portanto, não são elementos acessórios na discussão sobre protagonismo acadêmico. Elas oferecem condições para que as mulheres surdas reconheçam trajetórias anteriores, produzam referências e ocupem o campo científico também como autoras de narrativas sobre suas comunidades. Recuperar essas memórias significa reconhecer que a presença contemporânea de pesquisadoras surdas foi antecedida por lutas linguísticas, educacionais e políticas desenvolvidas coletivamente.

Mulheres surdas, identidades e interseccionalidades

A categoria “mulheres surdas” não corresponde a uma identidade homogênea. Mulheres surdas possuem diferentes histórias linguísticas, raciais, étnicas, territoriais, familiares, profissionais e educacionais. Compreender essa diversidade evita substituir a invisibilidade por outra forma de simplificação, na qual todas seriam representadas por uma experiência única de surdez e gênero.

Costa, Oliveira e Klein (2021) analisam as representações sociais produzidas por mulheres surdas sobre si próprias, destacando movimentos que vão da invisibilidade ao protagonismo. As autoras identificam a passagem de representações construídas pelo olhar do outro, marcadas por exclusão e preconceito, para processos de reconhecimento das diferenças, empoderamento e valorização identitária.

Esse processo demonstra que a identidade não pode ser compreendida como uma condição fixa. As experiências de acesso à

Libras, escolarização, convivência com outras pessoas surdas, participação comunitária e formação acadêmica podem modificar significativamente os modos pelos quais uma mulher surda compreende a si mesma. Em vez de permanecer submetida à identidade que lhe é atribuída pelo olhar externo, ela pode construir formas próprias de representação e de participação.

As opressões, entretanto, podem se acumular e adquirir configurações específicas. Ribeiro (2017, p. 7 *apud* Costa; Oliveira; Klein, 2021, p. 5) chama atenção para a condição de dupla opressão vivenciada pela mulher surda, na medida em que misoginia e ouvintismo podem atuar conjuntamente, colocando em dúvida sua autonomia, capacidade de comunicação e possibilidade de tomar decisões.

A análise torna-se ainda mais complexa quando raça e surdez se articulam. Silva e Garcia (2023) discutem o racismo no Brasil e a luta pela descolonização das pessoas negras surdas, destacando que as pesquisas sobre surdez precisam ultrapassar uma abordagem centrada apenas na diferença linguística. As comunidades surdas são constituídas por múltiplas identidades e necessidades sociais, de modo que raça e outras dimensões de pertencimento interferem nas condições concretas de existência e participação.

Siqueira e Oliveira (2026) aprofundam essa reflexão ao analisarem escrevivências de uma mulher-negra-surda da Amazônia Tocantina. A trajetória investigada evidencia como gênero, raça e surdez se combinam na produção de barreiras, mas também na construção de identidade, resistência e protagonismo. Segundo as

autoras, o ingresso no ensino superior e a participação no movimento social surdo produzem transformações subjetivas e sociais, fortalecendo reconhecimento identitário e possibilidades de enfrentamento das opressões.

A experiência de Marina, apresentada por Siqueira e Oliveira (2026), demonstra que a universidade pode produzir novos processos de conscientização. Sua participação no Movimento Surdo e sua inserção acadêmica favoreceram uma compreensão crítica das questões relacionadas ao sexismo, ao racismo e à surdez. O contato com outras mulheres negras em espaços universitários e eventos acadêmicos também permitiu produzir saberes e experiências articulados a gênero, raça e surdez.

A interseccionalidade é igualmente necessária para compreender situações extremas de invisibilização. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024) analisam o caso de Sônia Maria de Jesus, mulher negra surda submetida durante décadas a condições análogas à escravidão. As autoras mobilizam os conceitos de epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística para problematizar uma história marcada pela retirada de direitos, da língua e da possibilidade de participação social. O artigo registra também o posicionamento da comunidade acadêmica surda diante do caso, incluindo doutoras e doutores surdos.

A noção de epistemicídio contribui de maneira especial para este estudo, pois permite problematizar não somente a exclusão física ou social, mas também a deslegitimação dos conhecimentos produzidos por determinados grupos. No campo acadêmico,

reconhecer mulheres surdas como produtoras de saber exige confrontar práticas que consideram apenas conhecimentos produzidos em determinadas línguas, formatos ou perspectivas como cientificamente legítimos.

Perlin e Jung (2024) defendem que os saberes das mulheres surdas estão relacionados às suas experiências linguísticas, corporais e culturais. Ao discutirem o protagonismo contemporâneo, as autoras ressaltam que a diferença não deve ser reduzida a uma deficiência que precisa ser corrigida, mas reconhecida como condição de produção de experiências e conhecimentos. A língua de sinais ocupa posição fundamental nesse processo, pois é por meio dela que muitas mulheres constroem, compartilham e elaboram seus saberes.

A própria definição de protagonismo oferecida pelas autoras reforça uma dimensão coletiva. Ser protagonista implica posicionar-se, manifestar-se e agir diante das situações que produzem sofrimento e desigualdade. A troca de experiências e a ação conjunta fortalecem a capacidade de contestação e transformação.

Nesse sentido, uma afirmação de Perlin e Jung sintetiza uma dimensão central da discussão: “A mulher surda deve ser estimulada e apoiada a ocupar seu lugar de fala” (Perlin; Jung, 2024, p. 39).

O lugar de fala, nesse contexto, não se restringe à possibilidade de expressar uma opinião. No ambiente acadêmico, envolve ser reconhecida como pesquisadora, professora, autora, orientadora, avaliadora e produtora de teorias e conhecimentos. É precisamente nesse ponto que protagonismo e ciência se encontram.

No caso das mulheres indígenas surdas, Vilhalva (2024) acrescenta elementos relacionados à língua, ao território e à ancestralidade. A autora se apresenta como mulher indígena surda, professora, pesquisadora, escritora e poetisa e utiliza a escrivência para registrar trajetórias que permanecem pouco conhecidas. Sua produção evidencia que a memória de mulheres surdas pode ser simultaneamente uma fonte de conhecimento e um método de pesquisa.

Vilhalva (2024) chama atenção para a pluralidade das mulheres indígenas surdas. Etnias, experiências de vida, línguas indígenas de sinais, Libras, territórios e contextos urbanos produzem diferenças internas que não podem ser apagadas. Dessa forma, a pesquisa precisa abrir espaço para que essas mulheres falem e sinalizem sobre necessidades, experiências, conquistas e projetos a partir de suas próprias perspectivas.

A comparação internacional apresentada por Rodríguez-Díaz (2024) mostra que a baixa visibilidade acadêmica não é uma questão exclusivamente brasileira. Ao abordar mulheres surdas na Colômbia, a autora destaca a escassez de discussão e investigação sobre o tema e a baixa representatividade feminina surda em espaços acadêmicos e políticos. O texto evidencia a existência de barreiras linguísticas, educacionais e sociais que dificultam a participação efetiva dessas mulheres como minoria linguística.

A abordagem interseccional, portanto, impede que o protagonismo acadêmico seja medido apenas pelo número de títulos ou cargos ocupados. Torna-se necessário perguntar quais mulheres

conseguem ingressar na universidade, quais línguas podem utilizar, quais pesquisas são legitimadas, quais experiências permanecem sem registro e quais condições sociais interferem nas possibilidades de construção de uma carreira científica.

Mulheres surdas no ensino superior, na ciência e na pesquisa

O ingresso no ensino superior representa uma importante transformação histórica para a comunidade surda. Entretanto, ocupar uma vaga universitária não garante, por si só, condições de permanência, participação e desenvolvimento acadêmico. As pesquisas analisadas neste artigo demonstram que a universidade pode tanto ampliar possibilidades de formação e protagonismo quanto reproduzir práticas de exclusão.

Silva e Galizia (2025) investigaram desafios relacionados à inclusão e permanência da comunidade surda no ensino superior. O estudo evidencia que, apesar dos avanços históricos, a acessibilidade na universidade continua exigindo debates e ações concretas. O desenvolvimento acadêmico de estudantes surdos depende de condições linguísticas e institucionais que lhes permitam participar não apenas formalmente, mas efetivamente das atividades universitárias.

Essa discussão adquire uma dimensão de gênero quando se observa a experiência das mulheres surdas. Lima (2023) demonstra que uma acadêmica surda pode enfrentar simultaneamente formas de violência relacionadas ao audismo e ao gênero. Tais práticas atuam sobre a subjetividade, produzindo expectativas relacionadas à audição, oralização e adequação aos padrões ouvintes. A permanência na

universidade, nesse sentido, pode exigir da estudante constantes estratégias de resistência.

Perlin e Jung (2024) ampliam essa reflexão ao discutirem estudantes, professoras e pesquisadoras surdas. As autoras destacam que barreiras não desaparecem quando uma mulher surda alcança a carreira docente. Professoras surdas também encontram instituições que privilegiam o português e podem subalternizar a Libras nos ambientes escolares e acadêmicos. Essa imposição afeta tanto estudantes quanto profissionais que atuam nesses espaços.

As autoras oferecem uma formulação especialmente importante para a relação entre acessibilidade e produção científica:

Outra questão que precisamos destacar neste registro diz respeito a necessidade de que as mulheres surdas tenham as condições adequadas para construir seus direitos nos ambientes acadêmicos. Somente a partir de oportunidade que atendam as necessidades e especificidades das mulheres surdas é que será possível, efetivamente, se engajar nos campos da ciência e da produção do conhecimento. (Perlin; Jung, 2024, p. 38).

A citação evidencia que produção científica e acessibilidade não podem ser tratadas como temas independentes. Se reuniões, editais, avaliações, orientações, eventos científicos, bancas, processos seletivos e atividades de pesquisa não forem linguisticamente acessíveis, as condições de participação permanecem desiguais. A acessibilidade deve ser entendida, portanto, como requisito para a própria produção de conhecimento.

Lara (2024), ao discutir as “mulheres-surdas-professoras”, demonstra como a entrada de mulheres surdas na graduação e na pós-

graduação marca uma transformação contemporânea. A autora identifica professoras surdas que participam ativamente da educação e da construção da Pedagogia Surda e destaca a presença dessas profissionais em diferentes instituições. Seu levantamento encontrou 76 mulheres surdas professoras no Rio Grande do Sul, revelando uma atuação que frequentemente possui visibilidade menor do que sua dimensão efetiva.

Entre os exemplos apresentados por Lara (2024), encontram-se mulheres surdas com formação de mestrado, doutorado e pós-doutorado, atuação em universidades e participação na orientação de novos pesquisadores. Marianne Stumpf, por exemplo, é apresentada como professora do ensino superior na Universidade Federal de Santa Catarina, atuando na graduação, na pós-graduação e na orientação de mestrandos e doutorandos surdos.

Esse movimento é particularmente significativo porque demonstra uma mudança de posição no interior da estrutura acadêmica. A mulher surda que historicamente poderia aparecer como estudante que necessita de atendimento ou como participante de uma pesquisa passa a ocupar também o lugar de professora e orientadora responsável pela formação de outros pesquisadores. O protagonismo acadêmico é produzido justamente nessa passagem entre ser pesquisada e pesquisar, entre receber conhecimento e participar de sua elaboração e circulação.

Silveira e Baalbaki (2024) oferecem dados particularmente relevantes para essa discussão. As autoras registram Gladis Perlin como a primeira mulher surda a obter o título de doutorado no Brasil

e identificam, além dela, outras cinquenta e oito mulheres surdas doutoras.

A trajetória de Perlin possui forte valor histórico e simbólico. Graduada em Teologia, tornou-se mestre e doutora em Educação, concluindo o doutorado em 2003 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Posteriormente, atuou como professora na Universidade Federal de Santa Catarina e consolidou uma produção acadêmica relacionada à educação, à diferença, à cultura e às identidades surdas.

O pioneirismo não se limita ao doutorado. Silveira e Baalbaki (2024) registram Sílvia Andreis Witkoski como a primeira mulher surda a realizar pós-doutorado entre as pesquisadoras destacadas, e apresentam Marianne Rossi Stumpf como pioneira na pesquisa brasileira sobre escrita de sinais. A tese de Stumpf, defendida em 2005, abordou a aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting e recebeu premiação da CAPES no ano seguinte.

Shirley Vilhalva aparece, por sua vez, como pioneira na pesquisa sobre línguas indígenas de sinais. Sua trajetória articula docência universitária, pesquisa, escrita, poesia e participação na comunidade surda, demonstrando que as carreiras acadêmicas de mulheres surdas podem assumir diferentes configurações e campos de atuação.

A presença feminina surda pode ser observada também em campos científicos específicos. Rodrigues e Christmann (2023), ao mapearem pesquisas brasileiras de tradução e interpretação de línguas de sinais na pós-graduação, identificaram 129 pesquisas enquadradas

nos critérios do estudo. Entre 72 produções de autoria feminina, 23 foram produzidas por mulheres surdas, correspondendo a 31,9% das pesquisas de autoria feminina no recorte analisado. Os autores destacam que evidenciar a participação de mulheres e pessoas surdas nesse campo contribui para sua visibilidade acadêmica.

Esse resultado é importante porque permite substituir uma percepção abstrata por evidências da presença de pesquisadoras surdas na pós-graduação. Mulheres surdas não estão apenas ingressando na universidade: estão produzindo dissertações, teses e investigações que contribuem para a consolidação de áreas científicas relacionadas às línguas de sinais.

A expansão das pesquisas produzidas por pessoas surdas altera igualmente o modo como o conhecimento sobre surdez é construído. Quando pesquisadores surdos participam da produção científica, perguntas, categorias e perspectivas podem partir de experiências linguísticas e culturais anteriormente pouco consideradas. Esse movimento não significa que somente pessoas surdas possam estudar questões relacionadas à surdez, mas indica a necessidade de superar contextos nos quais quase todo o conhecimento sobre a comunidade era formulado sem sua participação como pesquisadora.

Caldas (2021) relaciona diretamente o fortalecimento do movimento surdo com a conquista do espaço acadêmico. Ao refletir sobre as transformações ocorridas após as mobilizações históricas, a autora afirma que pessoas surdas passaram a ocupar o ensino superior como professores, mestres e doutores. A expansão acadêmica aparece,

assim, como parte dos frutos produzidos pelas lutas linguísticas e educacionais anteriores.

O percurso entre movimento social e universidade não deve ser compreendido como linear. Muitas pesquisadoras surdas mantêm simultaneamente participação acadêmica, militância, docência e atuação comunitária. A produção científica torna-se, em diferentes casos, uma extensão das preocupações construídas no movimento surdo e na experiência pessoal com barreiras linguísticas e educacionais.

Protagonismo acadêmico e produção de conhecimento

O conceito de protagonismo utilizado neste artigo não se limita à presença ou à visibilidade individual. Protagonismo envolve possibilidade de ação, autoria, tomada de decisão e participação na definição das questões consideradas relevantes por determinado grupo. No campo acadêmico, significa ter condições de participar da formulação de pesquisas, teorias, políticas, currículos, processos formativos e debates científicos.

Rangel (2024) relaciona pioneirismo e protagonismo à construção do heroísmo feminino surdo. As mulheres lembradas pela comunidade são reconhecidas não apenas pelos cargos que ocupam, mas pelas ações que produziram transformações e abriram caminhos. A autora conclui que o protagonismo de mulheres surdas rompe estereótipos, contribui para o empoderamento de jovens e produz um deslocamento epistemológico.

Esse deslocamento epistemológico pode ser compreendido como mudança na posição ocupada pela mulher surda dentro dos

discursos científicos e sociais. Ela deixa de aparecer apenas como pessoa definida a partir de uma ausência ou necessidade de intervenção e passa a ocupar a condição de sujeito que interpreta o mundo, produz conceitos, registra memórias e fórmula propostas.

Costa, Oliveira e Klein (2021) observam que mulheres surdas foram reconhecidas como militantes das lutas pela Libras e pela educação bilíngue, pioneiras no ensino superior e participantes da pesquisa, da formação e da orientação de novos pesquisadores. Essa multiplicidade de atuações demonstra que protagonismo acadêmico, educacional e político frequentemente se encontra articulado.

A produção de conhecimento não se restringe, além disso, aos formatos tradicionais da escrita científica em português. Narrativas sinalizadas, autobiografias, literatura, poesia e escrevivências podem preservar experiências e produzir reflexões relevantes para os Estudos Surdos. Reconhecer a Libras e outras línguas de sinais como línguas legítimas de produção e circulação do conhecimento é parte fundamental da democratização da universidade.

Vilhalva (2024) sustenta que experiências e perspectivas de mulheres indígenas surdas são valiosas para a pesquisa e podem proporcionar novas abordagens quando registradas em suas próprias línguas. A autora destaca a necessidade de entrevistas e relatos em línguas de sinais para que essas experiências sejam conhecidas diretamente, em vez de filtradas permanentemente pelas interpretações de terceiros.

Santos e Silva (2026), ainda que discutam especificamente o protagonismo de uma mãe surda no contexto escolar, oferecem

contribuição importante para compreender como a invisibilidade é produzida em diferentes instituições. As autoras demonstram que a participação ativa de uma mulher surda pode ser restringida por fatores familiares, sociais e institucionais. Quando são criadas condições de comunicação e participação, essa mulher deixa de ocupar uma posição periférica e passa a atuar diretamente nas decisões relacionadas à escolarização de seus filhos.

Essa discussão dialoga com o espaço acadêmico. Acessibilidade não deve ser entendida como uma ação destinada apenas a permitir que uma pessoa surda “acompanhe” aquilo que já foi decidido por outros. Ela deve garantir participação nos próprios processos de decisão, formulação e produção. Uma universidade efetivamente acessível não apenas traduz conteúdo para uma pesquisadora surda, mas reconhece sua capacidade de definir problemas científicos, coordenar projetos e produzir conhecimentos.

O protagonismo acadêmico também precisa enfrentar estruturas de deslegitimação. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024), ao mobilizarem a noção de epistemicídio surdo, mostram as consequências extremas de processos que retiram das pessoas surdas língua, acesso à informação, autonomia e reconhecimento. No campo científico, combater formas de epistemicídio significa reconhecer conhecimentos produzidos por pesquisadores surdos e impedir que suas experiências sejam consideradas menos válidas simplesmente por se organizarem a partir de uma perspectiva visual e sinalizada.

Da mesma forma, a produção acadêmica de mulheres negras surdas exige enfrentamento conjunto ao racismo, sexismo e audismo.

Siqueira e Oliveira (2026) demonstram que a participação no ensino superior e no movimento surdo possibilita a produção de novos saberes sobre gênero, raça e surdez. O protagonismo não elimina automaticamente as opressões, mas oferece instrumentos para compreendê-las, nomeá-las e enfrentá-las.

A experiência de mulheres surdas na Colômbia discutida por Rodríguez-Díaz (2024) reforça a necessidade de ampliar a representatividade acadêmica e política. A autora chama atenção para a escassez de investigação e para a baixa presença de mulheres surdas em posições capazes de influenciar debates e políticas relacionadas às próprias necessidades. Trata-se de uma questão que ultrapassa fronteiras nacionais e evidencia a importância de redes acadêmicas de mulheres surdas na América Latina.

A visibilidade, nesse contexto, deve ser acompanhada de reconhecimento. Tornar uma pesquisadora surda visível significa não apenas divulgar sua imagem ou trajetória, mas citar suas produções, inseri-las nos referenciais teóricos, convidá-la para espaços científicos, reconhecer sua autoria e garantir condições para que continue produzindo pesquisa. A memória acadêmica é construída também pelas referências bibliográficas que são reiteradamente utilizadas e ensinadas a novas gerações.

Silveira e Baalbaki (2024) sintetizam essa necessidade ao retomarem trajetórias de Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski, Marianne Stumpf e Shirley Vilhalva. As autoras entendem que registrar e divulgar a história dessas pesquisadoras abre caminhos para outras mulheres surdas interessadas em ingressar na ciência.

Nesse ponto, torna-se importante evitar que o pioneirismo seja interpretado somente como uma sucessão de “primeiras mulheres”. A identificação de pioneiras é fundamental para o registro histórico, mas o objetivo mais amplo deve ser produzir estruturas nas quais a presença de mulheres surdas deixe de ser excepcional. Uma pesquisadora ser a primeira doutora, a primeira pós-doutora ou a primeira pesquisadora de determinado campo possui grande valor histórico; contudo, a transformação científica se consolida quando outras mulheres podem seguir esses caminhos em condições menos desiguais.

Lara (2024) mostra como a formação de numerosas professoras surdas produz efeitos coletivos na educação. A presença dessas profissionais contribui para a Pedagogia Surda, para a educação bilíngue e para a construção de referências destinadas aos estudantes. Situação semelhante pode ocorrer na pesquisa: quanto mais mulheres surdas atuarem como docentes, orientadoras e pesquisadoras, maiores serão as possibilidades de formar novas gerações de acadêmicas surdas.

O protagonismo acadêmico envolve, portanto, um movimento intergeracional. Pesquisadoras pioneiras tornam-se referências; suas produções passam a integrar cursos e pesquisas; novas estudantes encontram modelos possíveis de trajetória; e essas estudantes podem posteriormente tornar-se pesquisadoras e orientadoras. A memória deixa de ser apenas retrospectiva e passa a operar como instrumento de construção do futuro.

A relação entre autoria e protagonismo aparece igualmente nas narrativas e produções culturais. Silva e Penha (2021) observam que a escrita autoral surda contribui para que pessoas surdas sejam representadas como sujeitos ativos no espaço social e cultural. Araújo e Ramos (2020), por sua vez, mostram como as autobiografias de mulheres surdas transformam experiências pessoais em registros que dialogam com memórias coletivas. Assim, escrever, sinalizar, pesquisar e publicar constituem formas complementares de ocupar espaços de representação.

Compreender mulheres surdas como pesquisadoras implica, finalmente, reconhecer que elas não constituem somente uma categoria temática da ciência. São mulheres que produzem a própria ciência. Seus conhecimentos emergem de diferentes áreas e não devem ser limitados exclusivamente à educação de surdos ou à Libras. Embora esses campos tenham desempenhado papel histórico importante na consolidação de pesquisadoras surdas, a ampliação do protagonismo pressupõe garantir condições para atuação em todas as áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções selecionadas permite compreender que a história das mulheres surdas na pesquisa é constituída por um movimento simultâneo de invisibilização e resistência. Durante longos períodos, representações baseadas na deficiência, no audismo e na incapacidade contribuíram para limitar o acesso das pessoas surdas à educação e aos espaços de produção do conhecimento. Quando

articuladas ao sexismo e a outras estruturas de desigualdade, tais barreiras incidiram de maneira específica sobre mulheres surdas.

Entretanto, as fontes analisadas demonstram que invisibilidade não significa ausência. Mulheres surdas participaram de movimentos políticos, reivindicaram reconhecimento da Libras, contribuíram para a educação bilíngue, produziram literatura, registraram memórias, ingressaram em universidades e passaram a ocupar posições de professoras, mestres, doutoras, pós-doutoras, pesquisadoras e orientadoras.

A recuperação dessas trajetórias constitui uma tarefa importante para a memória dos Estudos Surdos e para a própria história acadêmica brasileira. Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski, Marianne Stumpf, Shirley Vilhalva e muitas outras pesquisadoras mencionadas nas produções estudadas demonstram que mulheres surdas participam ativamente da ciência e da formação de novos pesquisadores. O levantamento de Silveira e Baalbaki (2024), ao registrar dezenas de doutoras surdas brasileiras, evidencia que existe uma produção acadêmica cuja visibilidade precisa ser ampliada.

Do mesmo modo, os dados de Rodrigues e Christmann (2023) mostram concretamente a participação de mulheres surdas na produção de dissertações e teses em Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. Esses resultados contribuem para substituir discursos de ausência por registros da produção efetivamente realizada.

O reconhecimento dessas trajetórias, contudo, não deve ocultar as barreiras ainda existentes. Estudos sobre ensino superior

demonstram problemas relacionados à acessibilidade linguística, imposição do português, ausência ou insuficiência de interpretação em Libras, audismo e dificuldades institucionais enfrentadas por estudantes e professoras surdas. Garantir acesso à universidade é apenas o primeiro passo; é necessário garantir permanência, participação, formação, pesquisa e possibilidades reais de progressão na carreira científica.

Outro aspecto fundamental é reconhecer que mulheres surdas são plurais. As experiências de mulheres negras surdas e indígenas surdas evidenciam que gênero e surdez se articulam a raça, etnia, território, classe e outras condições sociais. Por isso, pesquisas futuras precisam ampliar suas perspectivas interseccionais e evitar transformar “mulher surda” em categoria homogênea.

A memória apresenta-se como instrumento fundamental dessa transformação. Registrar as histórias de professoras, pesquisadoras, lideranças, escritoras e cientistas surdas permite combater o apagamento e oferecer referências às novas gerações. Autobiografias, relatos sinalizados, escrevivências, pesquisas acadêmicas e registros históricos constituem formas importantes de preservação dessas experiências.

Da mesma maneira, é necessário reconhecer a Libras e outras línguas de sinais como línguas de produção de conhecimento. A participação acadêmica das mulheres surdas não pode depender permanentemente da adaptação unilateral ao português. A ciência precisa ampliar práticas de acessibilidade e reconhecer modalidades visuais de comunicação, divulgação e produção científica.

Conclui-se, portanto, que o protagonismo acadêmico das mulheres surdas se constitui quando elas deixam de ser compreendidas somente como objetos de estudo e passam a ser reconhecidas como sujeitos que pesquisam, escrevem, sinalizam, interpretam, orientam e produzem teorias e conhecimentos. Tornar essas trajetórias visíveis significa reconhecer uma história que já existe, mas que ainda precisa ser mais registrada, citada e ensinada.

Fortalecer a presença de mulheres surdas na ciência exige universidades linguisticamente acessíveis, políticas institucionais de permanência, valorização da Libras, ampliação da pós-graduação, incentivo à pesquisa e reconhecimento da diversidade existente entre as próprias mulheres surdas. Exige também que suas produções sejam incorporadas aos referenciais acadêmicos, de modo que novas gerações possam conhecer não apenas pesquisas sobre mulheres surdas, mas principalmente pesquisas produzidas por mulheres surdas.

A construção dessa memória pode transformar a própria organização do conhecimento. Quando mulheres surdas narram suas histórias e assumem posições de autoria e liderança científica, novas perguntas tornam-se possíveis e experiências historicamente invisibilizadas passam a integrar a produção acadêmica. História, memória e protagonismo, portanto, não constituem dimensões separadas: articulam-se na formação de um campo científico mais plural, linguisticamente acessível e aberto à presença das mulheres surdas como efetivas protagonistas da universidade e da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danielle Reis; RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Laborit e Vilhalva: da narrativa intimista à análise comparatista da condição feminina surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 93-105, jan./jun. 2020.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e69252, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.69252>. Acesso em: 10 jul. 2026.

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, e215356, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>. Acesso em: 18 jul. 2026.

FERNANDES, Valter Lenine. “Nada sobre nós, sem nós”: a surdez no ensino de história e na produção historiográfica, 2015-2022. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 31, e2024028, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100028>. Acesso em: 25 jul. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. “Mulher-surda-professora”: protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Acesso em: 2 set. 2026.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. Ser mulher e surda em um curso de nível superior: audismo e gênero em debate. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, e023022, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.18680>. Acesso em: 4 set. 2026.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de

surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 1055-1068, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031750>. Acesso em: 7 ago. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 7 ago. 2026.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Acesso em: 7 ago. 2026.

RIBEIRO, J. A. K. A identidade e a autonomia da mulher surda. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO E 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498229488_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 7 ago. 2026.

RODRIGUES, Carlos Henrique; CHRISTMANN, Fernanda. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os ETILs na pós-graduação em Estudos da Tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 43, p. 1-44, e94239, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e94239>. Acesso em: 7 ago. 2026.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, Edith P. Sísifa sorda: una aproximación a la situación de las mujeres sordas en Colombia. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 107-116, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.107-116>. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Lorena Sousa dos; SILVA, Sara Moitinho da. A invisibilidade da mãe surda no contexto da educação inclusiva: resgatando o protagonismo materno no espaço escolar. **Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 49-63, 2026. DOI: <https://doi.org/10.20395/re.2026.50.49-63>. Acesso em: 28 ago. 2026.

SILVA, Erliandro Felix; GARCIA, Maria Izabel dos Santos. O racismo no Brasil a partir de uma perspectiva da diáspora africana e a luta pela descolonização das pessoas negras surdas. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 5-36, jul./dez. 2023.

SILVA, Márcia Rios da; PENHA, Jéssica Gabriela da Silva. Literatura surda: traduzindo histórias de vidas singulares. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e67002, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.67002>. Acesso em: 30 ago. 2026.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzone. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282663, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282663por>. Acesso em: 30 ago. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 2 set. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de. Contextos educativos e movimento social surdo: escrevivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 21, e26269, p. 1-18, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26269.023>. Acesso em: 2 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e

violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 4 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Acesso em: 4 set. 2026.